SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/11/2015 - Instituto Telecom

Anatel aprova reestruturação das autorizações da GVT e da Telefônica

O Conselho Diretor da Anatel aprovou, nesta quarta-feira, 4, a complementação da anuência prévia da compra da GVT pela Vivo. Essa nova autorização abrange a incorporação das empresas da autorizada pela concessionária.

Pela proposta, a Telefônica vai incorporar totalmente a GVT Participações. Já a GVT Operacional será cindida e absorvida parte pela concessionária e a parte do serviço de valor adicionado (SVA) será incorporada pela POP Internet, empresa que pertencia a GVT, que passará a ser controlada integralmente pela Telefônica Brasil.

A anuência prevê um prazo de 18 meses para eliminação da sobreposição de outorga de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). Segundo o relator da matéria, Rodrigo Zerbone, esse prazo não está previsto na regulamentação e a área técnica usou o que está disposto na regra do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC).

A autorização prevê a revisão tarifária da concessionária, como resultado dos ganhos econômicos resultantes da fusão, que não decorram de eficiência administrativa. Para que a operação continue sem o fim da revisão tarifária, a concessionária perde o direito de recorrer de decisão sobre a redução da Anatel.

A aprovação ainda trata dos bens reversíveis. De acordo com a proposta aprovada, a Telefônica deve apresentar num prazo de seis meses o inventário de bens e lista de bens onerados na área de prestação da concessionária.

Zerbone afirma, ainda, no seu relatório que a anuência prévia aprovada hoje mantém as exigências estipuladas anteriormente. São elas: a manutenção indefinidamente, no mínimo a atual cobertura geográfica de atendimento dos dois grupos para telefonia fixa, banda larga e TV por assinatura, abstendo-se de descontinuar totalmente sua oferta ou de substituí-la por planos inacessíveis aos usuários finais já atendidos; manter as ofertas de planos de serviços e ofertas conjuntas do STFC, do SCM e do SeAC vigentes na data da aprovação da operação pelas prestadoras, pelo prazo mínimo de dezoito meses, contados a partir da publicação do Ato de Concessão de Anuência Prévia; e ainda manter, por no mínimo dezoito meses, contados a partir da publicação do Ato de Concessão de Anuência Prévia, todos os contratos firmados pela GVT com quaisquer usuários de serviços de telecomunicações, salvo negociação entre as partes.

04/11/2015 - Telesíntese

Algar paga R$ 56 milhões pela Optitel

A Algar Telecom comunicou nesta terça-feira, 04, que concluiu, por meio de sua subsidiária CTBC Serviços, a aquisição da Optitel Redes e Telecomunicações. O valor do negócio foi de R$ 56,65 milhões.

A Optitel detêm redes de fibra nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Atua nos mercados corporativo, governo e atacado, com o oferecimento de serviços de internet dedicada, banda larga, EILD e Fibra Apagada. A compra tem por objetivo expandir os serviços da Algar para estas regiões.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/11/2015 - Instituto Telecom

TIM volta a dizer que planos para o Brasil prescindem de consolidação

O presidente da TIM Brasil, Rodrigo Abreu, afirmou que não recebeu nenhuma proposta formal da Oi para uma eventual fusão entre as operadoras, pelo menos até agora. "Existe, sim, um possível cenário. A estrutura do mercado brasileiro apresenta características de ganhos de escala para a operadora com menor base móvel, mas se existe interesse (da TIM) vamos avaliar a oportunidade se e quando acontecer. Até o momento o que existe é o anúncio de intenção de preparação de uma potencial proposta", enfatiza.

De qualquer maneira, Abreu reforçou o que já vem dizendo desde 2013, quando as especulações sobre um eventual fatiamento e venda da TIM, que agora se converteu em objeto para fusão (e inteira): "A TIM não depende ou busca consolidação para cumprir seus planos no Brasil. E isso se prova pelo aumento expressivo de Capex para infraestrutura no País no plano trimestral (2015-2017) e que já permitiu que alcançássemos a liderança em (cobertura) 4G no último trimestre".

Em uma análise de oportunidade, na visão do presidente da TIM, seriam determinantes o potencial de retorno sobre investimento e a saúde financeira da operadora em questão – lembrando que a Oi tem um passivo financeiro relevante, agravado também por um passivo regulatório atrelado à concessão com relação a obrigações de universalização e atendimento e insegurança de investimento em infraestrutura com relação à reversibilidade de bens.

Essas questões levaram a TIM a descartar uma fusão com a Oi numa análise feita anteriormente. "Embora já tenhamos feito estudos, o marco regulatório atual e o passivo futuro, (a fusão com a Oi) não se mostrou interessante", conclui Abreu, que junto a outros diretores da TIM receberam analistas de mercado e jornalistas para a apresentação dos resultados financeiros do terceiro trimestre de 2015.

O cenário regulatório permanece inalterado e a revisão dos contratos de concessão que deveria ocorrer até dezembro não devem tratar destas questões mais delicadas. O que pode mudar o pano de fundo para uma eventual consolidação é a mudança que o Ministério das Comunicações prepara, para o primeiro semestre de 2016, no modelo brasileiro de telecomunicações – que deve definir de uma vez por todas a questão dos bens reversível e pretende alterar o foco de serviços de voz para a banda larga.

04/11/2015 - Convergência Digital

Troca de multas por investimentos pode passar de R$ 8 bilhões, diz Anatel

Os acordos entre a Anatel e as operadoras de telecomunicações para a troca de multas por promessas de investimentos podem chegar a R$ 8,4 bilhões, conforme estimativas apresentadas pela agência nesta quarta, 4/11, à Câmara dos Deputados. A agência pretende firmar os primeiros Termos de Ajustamento de Conduta ainda este mês e concluir as negociações sobre todos os pedidos até o início de 2016.

O valor envolve estimativas da Anatel sobre as multas relativas a diferentes violações a direitos dos usuários, ressarcimentos, qualidade e obrigações de universalização do serviço de telefonia. "Temos da ordem de R$ 8 bilhões sem multas que poderiam ser reinvestidos no setor", resumiu o gerente de controle de obrigações de qualidade da Anatel, Vinicius Caram.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Sem surpresas, a Oi é a empresa com os maiores montantes em jogo. Nas contas da agência, dos R$ 8,43 bilhões em multas que podem ser negociadas, 70% – R$ 5,95 bilhões – envolvem o grupo. Em seguida aparece a Telefônica, com R$ 1,37 bilhão, e a Embratel, com R$ 288,45 milhões. CTBC/Algar (R$ 284,88 milhões) e Sercomtel (R$ 14,93 milhões) completam as concessionárias.

As estimativas da agência, no entanto, vão além desse grupo. Assim, há R$ 237,61 milhões em multas da GVT no montante total (o grupo Telefônica, portanto, vai a R$ 1,61 bilhão), enquanto a Tim aparece com R$ 234,23 milhões. A projeção de multas a serem negociadas inclui, ainda, R$ 35,08 milhões em sanções impostas contra a Sky.

"Tenho bilhões de multas a serem aplicadas. Ao invés de esses recursos irem para o Tesouro Nacional, seriam reinvestidos no setor, beneficiando do usuário e qualidade. Estamos em negociação, são multas que envolvem direito do usuário, ressarcimento, qualidade, universalização", explicou o gerente da Anatel à comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia.

Como já indicou o presidente da agência, João Rezende, os primeiros Termos de Ajustamento de Conduta sairão ainda neste mês de novembro – o presidente da Oi, Bayard Gontijo, disse esperar que a empresa seja a primeira beneficiada. "Esperamos concluir todos os TACs até janeiro", afirmou Rezende durante a Futurecom 2015, na semana passada em São Paulo.

04/11/2015 - Carta Maior

A pobreza mundial: os erros do Nobel de Economia

A raiz da pobreza não é a falta de recursos, mas sim a maneira como eles estão distribuídos na sociedade. E este fato é ignorado pelas análises de Deaton.

A entrega do mal chamado Prêmio Nobel de Economia (mal chamado, pois não é escolhido pela Fundação Nobel, mas sim por um banco) a Angus Deaton, professor escocês da Universidade de Princeton, devido ao seu trabalho sobre a pobreza mundial, foi considerado (corretamente) um indicador da preocupação que um grande número de organismos internacionais está expressando sobre o crescimento da pobreza no mundo, e seu alívio de que, segundo a opinião otimista de Deaton, tal realidade é reversível, ainda que dentro da ordem capitalista atual dos sistemas econômicos, vigentes na maioria dos países onde a pobreza se concentra. Segundo o novo premiado, seria necessária uma transferência de fundos – relativamente menor – dos países ricos aos países pobres, além de mudanças nestes últimos, com maior número de campanhas educativas dedicadas à sua população, o que seria suficiente para que milhões de pessoas deixassem de ser pobres. Na realidade, Deaton considera que o aumento da escolarização tem sido o maior motor do progresso ao longo dos séculos, e a maior causa da redução da pobreza e do melhoramento do bem-estar da população. Um indicador disso tem sido o aumento da longevidade da população, que ele atribui ao maior acesso à educação das pessoas, o que permite aos pobres conseguir o que se chama de capital humano, que lhes permitiria sair da pobreza e ascender na escala social.

Esta visão da pobreza é amplamente aceita num grande número de instituições internacionais – incluindo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, assim como uma grande parte de ONGs e instituições governamentais e partidos políticos da sensibilidade conservadora e liberal, sem excluir partidos políticos de tradição socioliberal, como é o caso de vários partidos social-democratas europeus, como o PSOE, Partido Socialista Operário Espanhol. Em todas essas instâncias, aumentar o gasto educativo é considerado condição essencial para eliminar a pobreza.

Leia mais em:
http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-pobreza--mundial-os-erros-do-Nobel-de-Economia/7/34904

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/11/2015 - Rede Brasil Atual

Balança tem melhor outubro desde 2011; superávit no ano soma US$ 12 bi

De janeiro a outubro, Brasil soma US$ 160,5 bilhões em exportações e US$ 148,3 bilhões em importações

Embarques para a China (US$ 31,4 bilhões) e EUA (US$ 20,3 bilhões) lideram as exportações brasileiras no ano

Com US$ 16,049 bilhões em exportações e US$ 14,053 bilhões em importações, a balança comercial brasileira teve saldo de US$ 1,996 bilhão em outubro, melhor resultado para o mês desde 2011. Foi o oitavo resultado positivo seguido, depois de déficits em janeiro e fevereiro. Agora, o superávit no ano chega a US$ 12,244 bilhões, ante déficit de US$ 1,921 bilhão em igual período de 2014. Os números foram divulgados na tarde de hoje (3) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

De janeiro a outubro, as vendas brasileiras ao exterior somam US$ 160,545 bilhões. Com base na média diária, as exportações caem 15,2% ante 2014. As compras atingem US$ 148,301 bilhões, queda de 22,4%, na mesma base de comparação.

De acordo com o ministério, as exportações no ano caem nos principais blocos econômicos, como União Europeia (-19,4%), Ásia (-15,1%, sendo -13,3% para a China), Mercosul (-14,7%), e também nos Estados Unidos (-8,2%).

Os principais destinos das vendas de produtos brasileiros são China (US$ 31,4 bilhões), Estados Unidos (US$ 20,3 bilhões), Argentina (US$ 10,9 bilhões), Países Baixos (US$ 8,4 bilhões) e Alemanha (US$ 4,4 bilhões).

Já os principais países de origem das importações são China (US$ 27,2 bilhões), Estados Unidos (US$ 22,9 bilhões), Alemanha (US$ 8,9 bilhões), Argentina (US$ 8,8 bilhões) e Coreia do Sul (US$ 4,8 bilhões).

No período de 12 meses, de novembro do ano passado a outubro deste ano, o país também é superavitário, com saldo de US$ 10,115 bilhões, ante US$ 2,447 bilhões em igual intervalo entre 2013 e 2014, uma variação de 313,3%. As exportações somam US$ 193,681 bilhões, redução de 16,5% com base na média diária, enquanto as importações atingem US$ 183,566 bilhões, retração de 20%.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

31/10/2015 - RBA

Ações do Ibope alimentam desigualdade no país, conclui estudo da Unicamp

Instituto de pesquisas produz e difunde informações privilegiadas para a construção de um território voltado às exigências do mercado, afirma geógrafa

A rede de informações refinadas sobre o espaço, a sociedade e o mercado, montada pelo Ibope, está a serviço de setores hegemônicos do capital. E desse modo, o instituto perpetua e aprofunda as desigualdades regionais do país. Esta é a conclusão da geógrafa Gabriela da Costa Gomes, do Instituto de Geociências da Unicamp, que pesquisou a atuação do grupo na produção e difusão de informações e seus impactos sobre o território brasileiro.

O estudo sobre a empresa, considerada a maior no ramo da pesquisa de mercado e inteligência organizacional da América Latina, evidencia que a sua atuação no território nacional reafirma as desigualdades regionais do país.

O Ibope possui 17 escritórios distribuídos em regiões estratégicas do país, além de atuação nos Estados Unidos e em mais 13 países da América Latina: México, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Porto Rico, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai.

De acordo com Gabriela, o Ibope estabelece uma rede de fluxos informacionais por grande parte do território brasileiro, tendo na capital paulista o seu centro de comando. É a partir desse centro que emanam as informações, determinando, deste modo, "as regiões que informam e as regiões que serão informadas neste processo." Trata-se, segundo a pesquisadora da Unicamp, de uma informação-mercadoria, que passa a ser vendida dada a sua importância para as grandes corporações no mundo contemporâneo.

"Trata-se também de uma informação-segredo, sigilosa. Quem está de posse dessa informação estratégica, sai na frente daqueles que não estão. E é justamente por meio desse centro de comando, que é São Paulo, que o Ibope distribui essas informações por redes de escritórios-filiais, instalados, não por acaso, nas grandes metrópoles do país", explica.

Deste modo, acrescenta, o Ibope estrutura uma rede de informações refinadas sobre o espaço, a sociedade e o mercado, que são emitidas em ordem verticalizada, servindo aos agentes hegemônicos. "Trabalha, assim, na construção de um território voltado às exigências do capital, perpetuando e aprofundando as disparidades urbano-regionais", constata Gabriela Gomes Silva.

"Essa estrutura organizacional, ao edificar densos fluxos informacionais à gestão do capital no território, perpetua, portanto, a divisão regional do trabalho e as feições da rede urbana contemporânea. Isso se torna um entrave para projetos urbanos alternativos que buscam amenizar os abismos sócio- espaciais que imperam no Brasil", afirma.

A autora do estudo aponta que o instituto se aproveita da rede de infraestrutura existente no país para alocar os seus recursos e estabelecer seus escritórios-filiais. A sede em São Paulo mostra que a cidade tem um papel importantíssimo na rede urbana brasileira. "São Paulo, como diz Milton Santos, é uma metrópole onipresente. Assim, toda a rede telemática, toda a infraestrutura técnica, científica e informacional da cidade é aproveitada pela empresa. São Paulo possui os maiores centros de pesquisa do país, tem vasta oferta de mão de obra especializada. Portanto, pela lógica capitalista, a sede da empresa não poderia estar em outro local", explica.

Os escritórios regionais estão situados em grandes metrópoles e centros urbanos, regiões por meio dos quais essas informações estratégicas se espalham. Em sua pesquisa, Gabriela Gomes Silva comparou a distribuição dos escritórios do Ibope Inteligência com um estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) intitulado Gestão do Território, 2014.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/10/acoes-do-ibope-alimentam-a-desigualdade-conclui-estudo--da-unicamp-6740.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/11/2015 - Vermelho

Lula processa Veja por abuso em capa "grotesca"

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu ir à Justiça contra a Veja. Na sua última edição, a revista publicou uma montagem ofensiva na capa, na qual o petista aparecia com roupa de presidiário. Na ação de reparação por danos morais, os advogados de Lula classificam a montagem como "uma sórdida mentira", "grotesca", que "extrapola o direito de crítica, configurando abuso e campanha infamante".

Os advogados do ex-presidente protocolaram a ação nesta terça (3), no Foro Regional de Pinheiros, contra a editora Abril, responsável pela publicação. Nela, apontam, a "evidente manipulação e falta de critério jornalístico" da revista.

O processo destaca que, diferente do que a revista faz parecer, Lula não é réu em nenhuma ação. Segundo os advogados, a revista buscou "usurpar o papel da Justiça", ao associar indevidamente a imagem de Lula à de um condenado.

"A imagem que a capa da revista Veja pretendeu sugerir aos seus leitores e à sociedade em geral, portanto, não possui qualquer lastro na realidade fática ou jurídica. Independentemente das afirmações e críticas contidas no interior da própria revista – sempre com evidente manipulação e falta de critério jornalístico –, não poderia ela estampar em uma capa uma imagem falsa e ofensiva, como se verifica no vertente caso", diz o texto da ação.

De acordo com os advogados, a empresa jornalística não pode pretender lucrar com a venda de seus produtos "através da publicação de informação falsa". O texto destaca ainda que a exibição da montagem não se deu apenas nas bancas de revistas, mas também em pontos de publicidade espalhados pelo país.

Segundo a ação, é de conhecimento geral que a revista dedica suas páginas à publicação de "afirmações mentirosas e aleivosias" envolvendo Lula, inclusive já tendo profissionais processados por isso. Os advogados afirmam que, com a divulgação da capa em questão, Veja "deixou ainda mais clara a sua torpe intenção de enxovalhar a honra e a imagem" de Lula, além de explicitar "seu desrespeito às instituições e à Constituição Federal".

"Note-se, ainda, que no vertente caso não se está diante de qualquer situação que possa ser enquadrada como direito de crítica ou, ainda, a configurar mero animus narrandi. Simplesmente porque, insista-se, não há qualquer situação jurídica que possa permitir que a Ré [editora Abril] possa difundir à sociedade uma imagem do Autor vestindo trajes peculiares àqueles que foram condenados pela Justiça e estão cumprindo pena privativa de liberdade", conclui a ação.

Os advogados do ex-presidente já entraram com outras duas queixas-crime, uma interpelação criminal e uma ação de indenização contra jornalistas da revista, além de queixa-crime específica contra a apresentadora da TVeja, Joice Hasselman, acusando a revista de atentar contra a honra do ex-presidente.

A última capa da Veja já havia provocado diversas reações. Entre os que criticaram a montagem, está o sociólogo Robson Sávio Reis Souza, que classificou a revista como uma "publicação nazista". Segundo ele, "em nome de uma pseudoliberdade de imprensa, [Veja] atenta contra direitos constitucionais, afrontado o estado democrático de direito, ao arrepio das leis".

O jornalista Fernando Britto defendeu que a publicação fosse retirada das bancas pela Justiça. "É o exercício criminoso da propaganda, para criar um estado de comoção e preparação para medidas arbitrárias", avaliou.